

Economia Brasil

Caminhos da reconstrução (2)

ANTONIO DIAS LEITE

II — Limitações do Comércio Exterior

Ao enfrentar o desafio da reconstrução da economia nacional, causam preocupação o grau de dependência do País em relação ao nível de atividade econômica nos países industriais e a inadequação das organizações de cooperação internacional, para fazer face a crises econômicas globais.

Embora haja sinais de recuperação econômica nos países que lideram as transações internacionais, há também a convicção de que não se verá, no futuro próximo, uma repetição da intensa atividade que ocorreu nas décadas de 60 e 70.

Nessas décadas, em quase todo o mundo, a velocidade de mudança econômica e social acentuou-se, ao passo que o progresso extraordinário do sistema de comunicações generalizou o conhecimento, em todas as sociedades, sobre o que se passa nas demais. Ampliou-se, também, o grau de interdependência econômica em escala mundial. A par disso, foram extremamente limitadas as iniciativas de organização de instituições internacionais efetivas que correspondam a essa nova realidade. Sobre tais organizações, um país como o Brasil muito pouca influência pode ter. Haja vista a recente conferência dos ricos em Williamsburg.

Devemos, todavia, continuar prontos a contribuir para a cooperação internacional. A própria natureza da interdependência entre as nações, quase um problema de sobrevivência da humanidade, assim o exige. E reforçou-se, desde que se tornou mais nítida a escassez de recursos naturais não renováveis para uma população sempre crescente. Não se pode, todavia, colocar o aspecto internacional com prioridade sobre o nacional, especialmente no que se refere à escolha do caminho ótimo para a nossa organização interna. Nem há como justificar a concordância espontânea nossa com decisões unilaterais, tomadas pelas nações mais ricas ou detentoras de recurso natural escasso e essencial, que têm a força e o poder para fazê-lo, mesmo em detrimento das nações em desenvolvimento.

Nas propostas internacionais que se sucedem, é, pois, de extrema importância tentar distinguir o que nos é apresentado, com o objetivo de construção de um mundo solidário, daquilo que vise de fato à consolidação ou conquista de posições dominantes, seja no âmbito regional, seja internacional ou, ainda, o interesse temporário e exclusivo de determinados países industrializados, como é o caso da recente recatada no protecionismo.

Nessas situações, é lícito que um país como o Brasil, que tem dado cabais demonstrações de sua disposição

de cooperação, se disponha também a agir, principalmente em função do seu exclusivo interesse, mesmo que temporariamente possa essa ação ser contrária ao desejado objetivo de solidariedade internacional.

A questão da cooperação internacional será examinada sob os ângulos econômico e financeiros, respectivamente neste e no próximo artigo.

Em termos econômicos, continua válido o princípio de que é melhor para todos que cada um produza aquilo que pode produzir melhor. Todavia, num país de grande dimensão e diversidade geográfica como o Brasil, a gama de produtos que o solo e subsolo permitem produzir é muito maior do que nos países industrializados, de pequena área territorial. É natural, portanto, que o nosso comércio externo seja, em proporção, menor do que aquele de tais países, e não há porque imitá-los. Devemos, pois, persistir na exploração das possibilidades de produção interna, até mesmo por meio da proteção temporária durante o período de implantação e consolidação de novas atividades. Com a ressalva de que a defesa permanente de produtos alternativos, de outros importados, na hipótese de serem mais onerosos do que os disponíveis no mercado internacional, só se justifica no caso dos que, pela sua grande participação, ponham em risco a própria estabilidade do país, como é o caso, no Brasil, do petróleo. Não cabe tal atitude no caso de produtos menores, cuja importação representa uma fração não perigosa das transações correntes com o Exterior.

O Brasil segue, com certa continuidade, essa política de substituição de importações. Na maioria dos casos, com prudência e moderação; em outros, com exagero na nacionalização, seja de componentes de produtos industriais que só podem ser produzidos a custos elevados, seja na busca, a qualquer preço, de posição autárquica em relação a produtos básicos de menor importância.

Foi feito, também, com resultado positivo, esforço solidário de empresários e do governo em relação ao desafio das exportações, ao mesmo tempo em que eram concedidos subsídios significativos a vários setores da indústria de transformação e a alguns produtos primários.

Apesar disso, tem sido persistentes os déficits da balança comercial e das contas de serviços. É sobre estes déficits que se superimpôs, nos últimos anos, o acréscimo dos juros da dívida externa, que passaram de 25 para 80% do saldo das transações correntes. O quadro evoluiu, no último decênio, conforme se indica na Tabela 1, cujos saldos médios bianuais estão representados em bilhões de US\$ correntes (diferenças de somas decorrem do arredondamento).

TABELAS

	73/74	75/76	77/78	79/80	81/82
Balança Comercial	-2,3	-2,9	-0,5	-2,8	+1,0
Serviço, exceto Juros	-1,0	-1,5	-2,1	-2,5	-3,6
Transações Correntes s/Juros.....	-3,3	-4,4	-2,6	-4,4	-2,6
Juros.....	-1,1	-2,0	-2,9	-6,4	-11,4
Total Transações Correntes.....	-4,4	-6,3	-5,5	-10,8	-14,0
% Juros/Transações Correntes.....	25%	32%	53%	59%	81%

A evolução das exportações e importações é mais bem entendida, se apresentada, conforme está na Tabela 2, em termos da moeda americana corrigida para o nível de preços de 1975 (mediante o índice de preços por atacado nos Estados Unidos).

TABELA 2

	1972	73/74	75/76	77/78	79/80	81/82
Exportações	5,8	8,4	9,2	10,7	12,2	12,8
Importações	6,2	10,9	12,0	11,1	14,2	12,3
petróleo	0,6	2,0	3,2	3,5	5,4	6,0
% petróleo/Imp.	10%	18%	26%	31%	38%	49%

O avanço real, no comércio de exportação, não foi assim tão acelerado, como aparece nas estatísticas a preços correntes. Concorreu para isso, também, nos anos recentes, a evolução das relações de troca, segundo cálculos do Banco Central, considerando-se o índice cem para média das relações do período 1973/82. Elas melhoraram de 99 para 115 nos primeiros três biênios e deterioraram para 99 e 86 nos biênios 79/80 e 81/82, respectivamente.

Finalmente, apesar da repetição, ainda causa impacto constatar o crescimento da parcela das disponibilidades de divisas despendidas com o petróleo que passou, em dez anos, de 10% para 50% das importações.

A Expectativa favorável de um fortalecimento da atividade econômica no exterior facilitará a expansão de nossas exportações e irá, provavelmente, melhorar as relações de troca. Mas, em contrapartida, a retomada do crescimento econômico interno se refletirá, naturalmente, em um acréscimo de importações. O persistente saldo negativo das transações correntes, mesmo com abstração dos juros, aponta para a extrema dificuldade de se obter margens suficientes para fazer face ao serviço da dívida externa na sua atual configuração.

A situação da dívida será objeto do próximo artigo.